

# NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. *Che Guevara*

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

30 anos  
de luta

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição fevereiro/março de 2023- Filiado a Força Sindical e USP  
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

## SINDEC e Sindcomércio realizam primeira rodada de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho



Sede do SINDEC, em Patos de Minas

O Sindicato do Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-SINDEC sentou-se à mesa com os representantes dos empresários, na primeira rodada de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho relativa 2023 válidas para Patos de Minas, Lagoa Formosa e Presidente Olegário. O encontro, porém foi frustrado, haja vista, que cláusulas sociais e de saúde constante na pauta de reivindicação e que beneficiariam os trabalhadores não foram aceitas pelos patrões. Outro entrave se refere ao reajuste salarial da categoria, cuja proposta também não foi acolhida pelo patronal. Vale

lembrar que a data base de negociação da categoria é em 1º de março.

Segundo o presidente do SINDEC, Ascendino César, uma nova reunião foi agendada. De acordo com ele, os empresários ofereceram um índice de reajuste salarial de 4%, bem abaixo do reivindicado na pauta de negociação, por estar longe da tabela inflacionária e que não contempla o que é pleiteado pela categoria. “Vamos nos reunir novamente e tentar chegar a um consenso com a classe patronal, mas o sindicato vê dificuldade de desfecho diante a resistência dos empregadores sobre cláusulas sociais e de saúde”, salientou o presidente.

## Bolsa Família deve oferecer até R\$ 50 a mais para crianças e jovens de 7 a 18 anos



O governo Lula (PT) vai pagar benefício extra às famílias que têm maior número de membros no novo Bolsa Família. A proposta que vem sendo estudada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social é pagar de R\$ 20 a R\$ 50 reais a mais para cada membro de famílias com idades entre 7 e 18 anos, além dos R\$ 150 por criança de zero a seis anos e mais o benefício de R\$ 600 por família. Se for confirmado o valor de R\$ 50, uma família com três filhos, sendo dois na faixa etária para receber R\$ 50 e outro na faixa de R\$ 150 poderá receber até R\$ 850, por exemplo. O desenho do novo programa, deve ser concluído em breve. Em contraponto, o governo quer critérios

mais rígidos para as famílias unipessoais, compostas por um único integrante, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ofereceu o Auxílio Brasil independentemente do número de pessoas que compõem uma família. Isso fez milhares de pessoas se cadastrarem para receber o benefício mesmo pertencendo a mesma família. Já o valor do pagamento do Bolsa Família dependia do número de filhos e faixa de renda de cada pessoa.

O governo também avalia como dar prioridade na entrada do programa para as famílias mais numerosas sem, no entanto, prejudicar as famílias solo. Segundo o ministro Wellington Dias, que comanda a pasta da Assistência Social, para não prejudicar quem realmente precisa, o governo avalia um modelo de pontuação para as famílias unipessoais. O objetivo é verificar, por exemplo, se a pessoa não tinha família antes ou ficou sozinha após falecimento de algum familiar. De acordo com o Ministério cerca de 2,5 milhões de benefícios irregulares podem ser cortados. O Cadastro Único considera em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R\$ 105 por membro da família. Rendimentos entre R\$ 105,01 e R\$ 210 são classificados como situação de pobreza—e também se encaixam no critério.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário  
SINDICALIZE-SE

### Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

## Corrupção do lixo em SC prende 7 prefeitos e indica mais de R\$ 100 mi de propina



A investigação de corrupção envolvendo a coleta de lixo em Santa Catarina já levou à prisão sete prefeitos e um vice-prefeito, de partidos alinhados a Jair Bolsonaro (PL), em um suposto esquema que destinaria 13% de propina dos contratos da empresa vencedora da licitação da coleta de lixo a agentes públicos. O caso está sob apuração do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público de Santa Catarina, na Operação Mensageiro.

Se confirmados, os valores de propina levantados pelo MP dão conta de mais de R\$ 100 milhões de propina pagos a agentes públicos, incluindo os prefeitos. A Operação Mensageiro está sendo divulgada no estado como a versão catarinense da Lava Jato. Como tal, as informações divulgadas até então pelo Gaeco e por vazamentos de despachos judiciais ainda estão em fase de diligências. Ao contrário da Lava Jato, contudo, a Operação vem sendo tratada de maneira sigilosa e poucos dados foram obtidos. Para o Ministério Público, este seria o maior e mais complexo esquema criminoso para pagamentos de propina para agentes públicos e políticos de Santa Catarina.

A empresa sob suspeita é a Serrana Engenharia, de Joinville, que opera no recolhimento de lixo para dezenas de prefeituras de Santa Catarina. Durante 5 anos, a empresa foi beneficiada de R\$ 354 milhões em contratos no setor. Estão sendo investigados contratos nas cidades de Balneário Barra do Sul, Tubarão, Pescaria Brava e Capivari de Baixo. Informações que constam nos documentos são planilhas dos sócios da Serrana, que revelam que de R\$ 34,3 milhões recebidos em contratos, somente R\$ 10,2 milhões realmente foram destinados a serviços efetivamente prestados. Cerca de R\$ 19,5 milhões foram contabilizados como lucro da empresa. Mas R\$ 4,5 milhões foram o caixa específico da corrupção de agentes públicos.

## Salton e outras vinícolas famosas teriam se beneficiado do trabalho escravo de nordestinos no RS, diz ministério



Duzentos trabalhadores aliciados na Bahia para a safra da uva no Rio Grande do Sul, foram resgatados de situação análoga à escravidão em operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha. A operação foi realizada a partir de denúncia feita por três trabalhadores, que conseguiram fugir do local em que eram mantidos presos. Eles contaram que foram aliciados pela empresa Oliveira &

Santana sob promessa de receber salários superiores a R\$ 3 mil na colheita da uva, com direito a acomodação e alimentação. A realidade no dia a dia de trabalho, entretanto, era outra: alojamento totalmente insalubre, atrasos no pagamento de salários, jornadas exaustivas, violência física, alimentação inadequada e cárcere privado. Em relato ao Ministério do Trabalho, parte desses homens relatou que castigos com choque elétrico e spray de pimenta eram constantes. Alguns diziam que tinham recebido um adiantamento, mas nunca tiveram pagamento do que foi prometido. Em contrapartida a indicação para comprar no mercadinho que vende fiado dentro da propriedade. Esse estabelecimento praticava preços elevados, como, por exemplo feijão a R\$ 22 o quilo. O empregado ficava sempre devendo e não conseguia sair sem pagar a conta, não recebia o salário e ficava essa situação, de ficar preso no local por conta da dívida. Isso foi uma das coisas que caracterizou o trabalho escravo, além das histórias de agressões.

O proprietário da empresa, que tem 45 anos, foi preso e encaminhado ao Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul. O Ministério Público do Trabalho concluiu a coleta de depoimentos dos trabalhadores e regularizou as verbas rescisórias e indenização às pessoas que estavam em situação análoga à escravidão. Segundo a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego, a empresa Oliveira & Santana, que mantinha os trabalhadores em condição análoga à escravidão, possuía contratos com vinícolas famosas da região, entre elas a Salton, Aurora e Cooperativa Garibaldi, em que fornecia mão de obra para a colheita de uva. As três empresas alegam que não tinham conhecimento das irregularidades praticadas pela terceirizada com a qual tinham parceria, mas o Ministério do Trabalho e Emprego, informou que elas serão responsabilizadas pelo pagamento dos direitos trabalhistas caso estes não sejam quitados pela terceirizada. Posteriormente as vinícolas gaúchas se comprometeram a pagar 7 milhões de reais aos resgatados á título de indenização. O montante também será usado para arcar com os danos coletivos. O acordo, firmado junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), inclui outras obrigações.



## Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

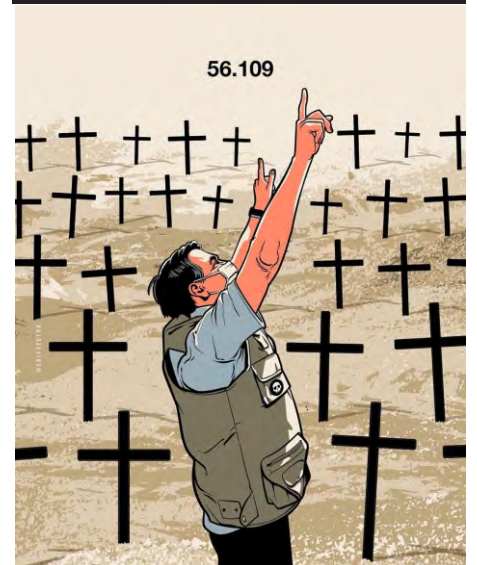
## Centrais sindicais cobram programas habitacionais para quem vive em áreas de risco



Cinco centrais sindicais assinam nota sobre a tragédia que vitimou mais de 50 pessoas no litoral norte de São Paulo, após tempestades no último fim de semana. Segundo as centrais sindicais este não é um caso isolado. O país viveu tragédias parecidas em Nova Friburgo e Teresópolis (2011), as tempestades no Vale do Itajaí, Santa Catarina (2020), as enchentes da Bahia (2022), as chuvas em Petrópolis (2022), entre outras. Por isso, os sindicalistas entendem que é preciso que os governos federal, estaduais e municipais se empenhem na construção de moradias populares para os moradores das áreas de risco. Para os sindicalistas "encosta de morro não pode servir de moradia para nenhuma família". A série de desastres desencadeada pelas fortes chuvas que devastaram o Litoral Norte de São Paulo, com dezenas de mortos, feridos e desabrigados em um conjunto incontável de perdas que enlutou o País é, infelizmente, um fenômeno que se repete a cada verão e que tem como principais causas os abusos ambientais e sociais na forma de ocupações irregulares e falta de condições e infraestrutura para a população local. Autoridades e especialistas chamam a atenção para o volume de chuva, que bate recordes conforme a ganancia especulativa avança de forma desordenada. O fator humano na raiz do desastre não está sendo negligenciado, mas cabe reforçá-lo para não deixar que o argumento baseado na abundância de água torne-se um pretexto para empurrar a solução

para um futuro incerto. Enfrentar e combater crimes ambientais é um trabalho de longo prazo que gera impopularidade uma vez que seus efeitos estão em descompasso com o tempo de cargos eletivos e uma vez que gera atritos com interesses particulares, comumente colocados à frente dos interesses coletivos. Entretanto este é um debate urgente e que está na ordem do dia. Acreditamos que atualmente a questão ambiental e todos os fenômenos sociais e sanitários em torno dela estão mais amadurecidos na sociedade. Acreditamos, sobretudo, que o respeito e a preservação ao meio ambiente são atitudes promissoras do ponto de vista do desenvolvimento. Por tudo isso as Centrais Sindicais exigem que os governos municipais, estaduais e federal ampliem, com urgência, políticas públicas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, que atendam a população de baixa renda, uma vez que essas são as principais vítimas. Encosta de morro não pode servir de moradia para nenhuma família. Essa tragédia, já vinha sendo anunciada há anos, com o desastre de Nova Friburgo e Teresópolis (2011), as tempestades no Vale do Itajaí, Santa Catarina (2020), as enchentes da Bahia (2022), as chuvas em Petrópolis (2022), entre outras. É necessário dar um basta nessa situação! As Centrais Sindicais, que representam mais de 50 milhões de trabalhadores, EXIGEM a implantação de um programa habitacional para atender os mais necessitados, pois não é possível que o trabalhador e suas famílias continuem sendo empurrados para as perigosas encostas de morros por falta de um programa habitacional justo. Assinam o manifesto a Central Única dos Trabalhadores; a Força Sindical; a União Geral dos Trabalhadores; a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; a Nova Central Sindical de Trabalhadores e a - Central dos Sindicatos Brasileiros

## MPF abre inquéritos para apurar gestão de Bolsonaro em relação a política indígena



A gestão do governo de Jair Bolsonaro (PL) na condução de políticas destinadas a populações indígenas, cujo resultado pode ter culminado com o genocídio dos Yanomamis com aumento de 331% de mortes causadas por desnutrição, nos quatro anos do mandato do ex-presidente, está sendo investigada pelo Ministério Público Federal. O órgão instaurou dois inquéritos: um apura as medidas adotadas Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e outro contra o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que era comandado pela ex-ministra e atual senadora Damares Alves. Estão na mira do MPF possíveis irregularidades do ministério na utilização de apenas 44% do orçamento previsto para 2020, impactando programas vinculados às políticas de proteção das populações indígenas e quilombolas. Em relação à Funai, o inquérito apura possível prática de improbidade administrativa da antiga gestão da fundação. A procuradoria vai apurar uma portaria do órgão que mudou a composição do grupo responsável por estudos de demarcação de terras indígenas. A medida teria permitido a substituição de antropólogos renomados por servidores do próprio órgão, sem especialização técnica adequada sob justificativa de economia para os cofres públicos. De acordo com entidades indígenas e antropólogos os servidores designados pela Funai não teriam especialização técnica suficiente para o exercício de um trabalho científico envolvendo estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental necessários para identificação e delimitação de uma terra indígena. As portarias são assinadas pela procuradora Luciana Loureira Oliveira. Ela converteu as apurações preliminares em inquéritos por considerar que os casos ainda demandavam diligências e, por isso, ainda não poderiam ser arquivados.

## Entregador por aplicativo é agredido por cliente armado, por entrega na portaria

O entregador por aplicativo, Yuri Moraes de Araújo, de 21 anos, foi agredido por um cliente armado, com um tapa no rosto, por ter se negado a subir em um apartamento de um condomínio, no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. A agressão, filmada pelo próprio entregador, foi feita pelo policial penal Alex Ramos Cabral. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária determinou a abertura de procedimento disciplinar para apurar o ocorrido. O entregador se dirigiu sozinho à uma delegacia onde fez a ocorrência. Solidários seus colegas de profissão fizeram um "buzinaço" em frente ao condomínio. Segundo o Ifood não existe obrigatoriedade e nenhuma exigência aos profissionais que trabalham na plataforma para realizar a entrega diretamente no apartamento do cliente, por entender que há variáveis como regras do condomínio, questões de segurança ou por não existir condições de estacionar a moto na via pública, por exemplo. A plataforma banuiu o cliente. A falta de apoio presencial do Ifood ao profissional e a forma como essas agressões estão cada vez mais comuns, reforça a necessidade de regulamentação da profissão. Os trabalhadores de aplicativos não são informais, como alguns argumentam: Eles têm vínculo inquestionável com as plataformas que ganham milhões com essa exploração. A regulamentação que está sendo construída é fundamental para garantir direitos aos trabalhadores. Num caso como esse o trabalhador deveria ser acompanhado por advogados da empresa e ter amparo do seu sindicato. A representação sindical é importantíssima e a legislação brasileira já prevê direitos que precisam ser respeitados para todas as categorias. Oferecer melhores condições de trabalho e um mínimo de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras por aplicativo tem sido uma preocupação do governo Lula (PT). O presidente já demonstrou sua posição sobre o tema. Sem direitos e com salários baixos, esse trabalhador é precarizado e fica nas mãos dos grandes empresários.

## Polícia Civil do RS indicia vereador por crime de racismo



A Polícia Civil do Rio Grande do Sul (RS) indiciou o vereador Sandro Fantinel (ex-Patriota), de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, pelo crime de racismo por ofensas aos trabalhadores baianos resgatados em situação análoga à escravidão em Bento Gonçalves. No fim de fevereiro, uma operação do grupo móvel de combate ao trabalho escravo resgatou 207 trabalhadores, de 18 a 57 anos, a grande maioria vinda da Bahia, que trabalhavam em condições precárias na vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi. Ao comentar a operação, ao invés de criticar os empresários, Fantinel agrediu os baianos. As ofensas foram feitas em discurso proferido na tribuna da Câmara Municipal de Caxias do Sul. O vereador disse, então, que “a única cultura que [os baianos] têm é viver na praia tocando tambor, era normal que fosse ter esse tipo de problema”. O fato gerou indignação em todo o país e, dois dias depois, a Câmara decidiu por unanimidade pela abertura de um processo de cassação do mandato do vereador. Fantinel se ausentou da sessão. Em coletiva de imprensa no Palácio da Polícia, em Porto Alegre, o delegado Rafael Keller, responsável pela investigação, explicou que o indiciamento foi definido após “uma análise objetiva dos fatos”. “Analisamos as imagens, o que foi dito, e o fato se caracteriza como crime de racismo pelas falas que acabam discriminando pessoas em razão da procedência nacional, ou seja, do local em que são originárias”, justificou o delegado. A conclusão do inquérito foi encaminhada ao Ministério Público, que vai decidir se denuncia ou não o vereador.

## Trabalhador demitido que aderiu ao saque-aniversário deve ter direito a sacar o FGTS



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que é preciso mudar as regras do saque-aniversário impostas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), criado, em 2019. Isto porque quem aderiu ao programa se for demitido, não poderá sacar o seu saldo restante do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante dois anos. Além disso, os trabalhadores só receberão a multa de 40% do FGTS

quando for demitido sem justa causa. Isso desprotege o trabalhador e a trabalhadora na hora que eles mais precisam, no desemprego. Marinho afirmou que o tema será decidido em reunião do Conselho Curador do FGTS. O Conselho ainda é tripartite, formado também por representantes dos empresários e governo federal. A ideia, segundo Marinho, é facilitar que uma pessoa desempregada não fique desamparada. “O que nós vamos fazer é tirar o trabalhador da armadilha, em que um demitido não pode sacar o seu fundo”, disse. Marinho aponta que o sistema financeiro vem se utilizando do saque-aniversário como garantia de empréstimos consignado e, por isso em sua percepção os bancos estão tomando o Fundo de Garantia dos trabalhadores e cobrando juros. “Por que nós vamos ficar retendo o dinheiro desse trabalhador, dessa trabalhadora? O que nós estamos fazendo hoje é crueldade que o governo anterior fez, para ser uma armadilha na mão dos bancos.” Marinho citou exemplo de uma contratação de um empréstimo de R\$ 22 mil. Mesmo que o trabalhador tenha R\$ 50 mil de saldo do FGTS, todo o valor fica bloqueado como garantia da operação financeira. O ministro ponderou, no entanto, que os bancos não vão tomar calote, acrescentando que sua equipe técnica está trabalhando numa regra. O trabalhador perde com o saque-aniversário o direito de sacar todo o saldo do seu fundo quando for demitido sem justa causa e só receberá a multa de 40% do FGTS quando for demitido sem justa causa. Além disso o saldo da conta do FGTS do trabalhador demitido que optar pelo saque-aniversário ficará retido e só poderá ser resgatado para a compra da casa própria, por motivos de doença e desastre natural, aposentadoria ou morte (dependentes poderão sacar). Normalmente o saque-aniversário pode ser feito uma vez ao ano. Por exemplo, quem tem R\$ 20 mil na conta pode retirar até 10% (R\$ 2.000) mais R\$ 1.900, o que totaliza R\$ 3.900 ao ano. No caso de empréstimos no mercado financeiro, o trabalhador pode comprometer até quatro saques-aniversário, o que totalizaria R\$ 15.600. Ou seja, até aquele momento, 78% do seu Fundo de Garantia serão utilizados para pagar um empréstimo, sem contar os juros cobrados pela financeira.

## NOVA FOLHA COMERCÍARIA

### Diretoria do SINDEC

#### Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

#### Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

#### Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

# O que é preciso para comprar imóvel pelo Minha Casa, Minha Vida



O programa Minha Casa, Minha Vida retomado pelo presidente Lula após ser abandonado por Jair Bolsonaro (PL), traz novidades e mais facilidades para quem quer comprar a casa própria, seja no campo ou na cidade. O governo Lula voltou com a faixa um que atende os mais pobres, com até 50% das unidades financiadas e subsidiadas destinadas a esse público que ganha até R\$ 2.640; (antes a renda exigida era de até R\$ 1.800). Para essa faixa de renda os subsídios podem chegar a 95%. O governo também aumentou o limite da faixa de renda em até R\$ 8 mil para quem se encaixa em outras faixas, mas não tem condições de arcar com os valores das prestações de um financiamento pelo sistema financeiro. As habitações podem

ser oferecidas sob forma de cessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, mediante financiamento ou não.

O programa é voltado para famílias residentes em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8 mil e famílias de áreas rurais com renda bruta anual de até R\$ 96 mil.

Esses valores não levam em conta benefícios temporários, assistenciais ou previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família. Terão preferência idosos, pessoas com deficiência, famílias que estão em situação de rua. Os contratos e os registros das moradias serão feitos, preferencialmente, no nome da mulher, sem precisar de autorização dos maridos, entre outras novidades. Terão preferência, famílias que tenham uma mulher como responsável pela unidade familiar; famílias que tenham na composição familiar pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes; famílias em situação de risco e vulnerabilidade; famílias em áreas em situação de emergência ou de calamidade; famílias em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais e famílias em situação de rua. Os projetos, obras e serviços do Minha Casa, Minha Vida devem levar em consideração aspectos de acessibilidade e sustentabilidade. As unidades precisam ser adaptáveis e acessíveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, e devem ter atenção à sustentabilidade social, econômica, ambiental e climática, com preferência por fontes de energia renováveis, equipamentos de maior eficiência energética e materiais de construção de baixo carbono, incluídos aqueles oriundos de reciclagem.

## Lula confirma aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 e isenção do IR até R\$ 2.640



O presidente Lula confirmou que o salário mínimo vai subir de R\$ 1.302 para R\$ 1.320. O anúncio deverá ser feito no dia 1º de maio, quando é comemorado o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Lula também disse que os trabalhadores, aposentados e pensionistas que ganham até R\$ 2.640 ficarão isentos do Imposto de Renda (IR). A faixa de isenção começara com dois salários mínimos e será aumentada progressivamente, disse o presidente. Hoje, só estão isentos do IR os que ganham até R\$ 1.900. "Vamos começar a isentar em R\$ 2.640 até chegar em R\$ 5 mil de isenção. Tem que chegar, porque foi compromisso meu e vou fazer", salientou o presidente. "É um compromisso meu com o povo brasileiro, que vamos acertar com o movimento sindical, está combinado com o Ministério do Trabalho, está combinado com o ministro Fernando Haddad, que a gente vai em maio reajustar para R\$ 1.320 e estabelecer uma nova regra para o salário mínimo, que a gente já

tinha no meu primeiro mandato", afirmou Lula. O presidente disse ainda que o salário mínimo terá, além da reposição inflacionária o reajuste atrelado ao crescimento do PIB. Para Lula essa é a forma mais justa de se distribuir o crescimento da economia. "Não adianta o PIB crescer 14% e você não distribuir. É importante que ele cresça 5%, 6%, 7% e você distribuí-lo para a sociedade. Nós vamos aumentar o salário mínimo todo ano de acordo com a inflação", completou.

Além do anúncio do novo salário mínimo, o presidente Lula também divulgou que o governo federal vai destinar R\$ 5,2 mil a 10 mil famílias de agricultores de municípios do Rio Grande do Sul que decretaram situação de emergência devido à estiagem. O benefício será anunciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária como primeiro movimento para amparar os atingidos. No estado, já são 298 municípios que registraram ou decretaram situação de emergência em razão da escassez de chuvas. Considerando-se este dado, levantado pela Defesa Civil do RS, é possível afirmar que a seca está afetando praticamente todo o Rio Grande, com menor intensidade nas regiões do Litoral e Serra.

## Bolsonaristas atacam a Campanha da Fraternidade 2023 com tema de combate à fome

Católicos bolsonaristas estão mobilizados contra a Campanha da Fraternidade de 2023, que neste ano tem como tema central o combate à fome. Um grupo desses cristãos extremistas e sem empatia consideraram a iniciativa anual da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) uma espécie de "conspiração comunista" e convocam outros fiéis a não se envolver nem doar para a campanha. Embora esse comportamento mesquinho por parte de cristãos ultraconservadores não seja novidade, com a eleição do presidente Lula, as críticas à iniciativa da CNBB subiram o tom. Eles acusam os bispos de distorcer citações bíblicas e manipular a comunidade católica para "promover o comunismo". A mobilização contra a Campanha da Fraternidade de 2023 é liderada por influenciadores bolsonaristas como o youtuber Bernardo Pires Küster, que é investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito das fake news. Ele tem quase um milhão de inscritos em seu canal e tem feito uma série de vídeos contra a iniciativa da CNBB.

Discípulo do guru extremista Olavo de Carvalho Küster acusa a CNBB de esconder e mascarar conteúdo revolucionário e de usar dados falsos sobre o tamanho do drama da fome no Brasil.

O extremista questiona pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) que apontou que o número de brasileiros que não têm o que comer passou de 19,1 milhões no fim de 2020 para 33,1 milhões em 2022. O conteúdo do extremista atinge milhares de pessoas tanto pelo acesso ao canal dele de vídeos, quanto por compartilhamentos pelas redes sociais e distribuição em aplicativos de mensagem. Küster também ataca a Campanha da Fraternidade por citar o sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, referência no combate à fome no Brasil, e apoiar a distribuição de alimentos a pessoas vulneráveis pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que durante a pandemia da Covid-19, doou 6 mil toneladas de alimentos e 1.150.000 marmitas.

## Paulo Teixeira prepara convocação nacional para 'grande ação de combate à fome'



O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar planeja mobilizar a sociedade no enfrentamento da insegurança alimentar grave, que atinge pelo menos 33 milhões de brasileiros, e “convocar todo o país para uma grande ação de combate à fome”. O tema já é pauta da Campanha da Fraternidade deste ano além de ser uma prioridade definida

ainda na campanha eleitoral pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). De acordo com o ministro da pasta, Paulo Teixeira, o objetivo é aproveitar essa mobilização para garantir condições concretas que permitam ao governo federal criar bases para construir efetivamente uma soberania alimentar a todo o povo brasileiro. O programa, segundo Paulo Teixeira, será feito conjuntamente com o Ministério da Educação para melhorar a qualidade também da alimentação escolar. A iniciativa deve ser revisada nas próximas semanas pelo presidente Lula, com intuito de melhorar a merenda das crianças e adolescentes. Emergencialmente, a retomada do Bolsa Família também deve dar impulso para o combate à fome no país. O governo também prepara o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em que produtos da agricultura familiar são adquiridos para abastecer órgãos públicos e entidades que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e as redes pública e filantrópica de ensino. Nesse pacote, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também volta a ter papel central para garantir os estoques de alimentos, após o desmonte do programa no governo Bolsonaro. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, a Conab também passará a atuar em momentos de quebra de safra, como ocorre nesse momento no Rio Grande do Sul, atingido pela estiagem.

## Edital 2023 do Bolsa Atleta bate recorde histórico com mais de 8.600 pedidos

Desde que foi criado, em 2005, o Bolsa Atleta quebrou seu recorde histórico com o edital de 2023. O programa do Ministério do Esporte recebeu 8.621 pedidos de bolsa até as 23h59 da última sexta-feira (17), fim do prazo de inscrições. O número superou em 12,58% o registrado no período 2019/2021, que até então detinha o número mais alto até então. A lista com os nomes dos contemplados deverá ser divulgada entre os dias 11 e 15 de abril. O orçamento do programa neste ano superou R\$ 80 milhões para modalidades olímpicas e paralímpicas. O montante será distribuído entre as cinco principais categorias de bolsa: atletas de base, estudantil, nacional, internacional e olímpico/paralímpico. O valor mensal varia entre R\$ 370 (atleta de base) e R\$ 3.100, conforme a categoria. A bolsa nacional é a que atraiu mais solicitações (5.535), seguida da internacional (1.474), estudantil (610), olímpico/paralímpico (441) e base (399). O atletismo paralímpico foi a modalidade que registrou o maior número de pedidos: 731. Depois aparecem atletismo olímpico (613), handebol e natação - ambos com 359 inscrições cada. O programa inclui ainda uma sexta categoria, a pódio, para atletas de destaque nos cenários olímpico e paralímpico. Para ela foram destinados este ano R\$ 40 milhões. As inscrições terminaram no último dia 27 e o total de pedidos ainda será divulgado. Os repasses mensais variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil. Para pleitear a categoria pódio do Bolsa Atleta, é preciso estar entre os 20 melhores do mundo em modalidades olímpica ou paralímpica. A relação de contemplados sairá em 28 de abril. Desde o primeiro ano do programa, o Bolsa Atleta já beneficiou 31.985 esportistas, com recursos distribuídos por meio de 87.873 bolsas. “Comemoramos esse recorde de inscrições logo no início da nossa gestão e da volta do Ministério do Esporte. O Programa Bolsa Atleta já faz parte da realidade dos nossos esportistas, que podem contar com o apoio do Governo Federal para continuarem se dedicando aos treinos e às competições”, disse a ministra do Esporte, Ana Moser. “São contempladas desde as categorias de base, o que permite que os mais jovens tenham condições de seguir treinando”, completou.

## Flávio Dino abre inquérito da PF para investigar mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes

Em postagem no Twitter o ministro da Justiça, Flávio Dino, divulgou portaria pela qual determinou a abertura de inquérito da Polícia Federal (PF) para apurar todas as circunstâncias” do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ) e Anderson Gomes, que dirigia o carro em que foram emboscados. O anúncio confirma a intenção, divulgada pelo ministro na semana passada, de que a PF voltaria a investigar as mortes da parlamentar e o motorista. “A fim de ampliar a colaboração federal com as investigações sobre a organização criminosa que perpetrou os homicídios de Marielle e Anderson, determinei a instauração de Inquérito na Polícia Federal. Estamos fazendo o máximo para ajudar a esclarecer tais crimes”, escreveu Flávio Dino. Em seu discurso de posse como ministro da Justiça, Dino disse ser “questão de honra do Estado brasileiro empreender todos os esforços possíveis e cabíveis para que esse crime seja desvendado definitivamente e nós saibamos quem matou Marielle Franco e quem mandou matar Marielle Franco naquele dia no Rio de Janeiro”. Marielle Franco e Anderson Gomes foram executados em março de 2018. Completados cinco anos, os mandantes e as motivações do crime não foram identificados. O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciou os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz como os assassinos. Segundo a portaria divulgada pelo ministro da Justiça, o delegado Guilherme Catramby vai conduzir o inquérito na Polícia Federal.

## Governo vai rever plano de erradicação de trabalho escravo

A recente revelação da existência de trabalho análogo a escravo em grandes vinícolas do Rio Grande do Sul acendeu um sinal de alerta no governo. Diante desse quadro, o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, disse que há a necessidade de verificar se efetivamente as políticas que têm sido implementadas para humanizar as relações de trabalho estão realmente sendo efetivas. Segundo o ministro, o governo vai fazer uma revisão do Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Se essa revisão demonstrar que a proposta não está sendo efetiva, Silvio Almeida afirmou que poderá ser implementado um Terceiro Plano. O Primeiro Plano para a erradicação do trabalho escravo foi implementado em 2003, no primeiro governo Lula. Estabeleceu uma política pública permanente de combate à relação análoga à escravidão. O primeiro plano tinha por objetivo integrar as ações dos diversos órgãos de governo e da sociedade. O Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo é de 2008. Foi produzido pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Atualiza o primeiro, estabelecendo 65 ações para o combate à escravidão. Segundo o ministro, caso fique clara a necessidade de uma nova atualização, isso será feito. Silvio Almeida respondeu em um seminário sobre direitos humanos e empresas na Câmara dos Deputados. O seminário foi organizado por instituições da sociedade civil que fazem parte da campanha “Essa Terra tem Lei – Direito para os Povos e Obrigações para as Empresas”. “Política de direitos humanos tem que ter materialidade, não pode ser só discursos moralizantes”, disse Silvio Almeida. Segundo Almeida, o ministério criará uma coordenação e um grupo de trabalho para formular um marco regulatório sobre a relação entre as empresas e os direitos humanos. Ele prega que o Brasil seja protagonista nesse debate. “Nós teremos uma coordenação específica para tratar da relação entre as empresas e os direitos humanos que em breve será anunciada”, concluiu.